

Dentro de um espírito que visa a "socializar o conhecimento, cabe mencionar ainda o guia metodológico desenvolvido pela equipe, contendo valiosas sugestões sobre o emprego da pesquisa-ação, sugestões essas elaboradas a partir da experiência da Rocinha. Serve de guia metodológico para projetos de pesquisa-ação na área de saúde, destinado a técnicos e pesquisadores interessados em desenvolver programas locais de educação em saúde para mulheres, mas que facilmente pode ser adaptado para outras áreas e grupos.

Concluindo, considero *Mulheres, Participação e Saúde: uma experiência* um livro básico para todos aqueles que queiram tanto iniciar-se como aprofundar-se na metodologia da pesquisa-ação.

MUSUMECI, Leonarda. (1988). *O Mito da Terra Liberta*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS.

Fausto Miziara*

Este livro apresenta, com algumas modificações, a tese de mestrado da autora, fruto de um trabalho de campo realizado entre 1978 e 1980 e defendida no Museu Nacional da UFRJ em abril de 1985, além de ter sido laureada com o prêmio da ANPOCS de 1986.

Através de uma pesquisa de campo em região de fronteira (povoado do Barro Vermelho, município de Poção de Pedras, Maranhão), a autora pretende mostrar a inconsistência da abordagem dualista referente à problemática capitalismo X campesinato. A concepção dualista parte do pressuposto de que existem lógicas distintas regendo cada um dos "pólos" dessa oposição. Essa abordagem privilegia a apropriação diferencial do meio de produção fundamental: a terra. Desse modo, a posse (apropriação especificamente camponesa) opõe-se à propriedade privada do modo de produção capitalista. Essa apropriação diferencial determina outra série de oposições: terra de trabalho X terra de negócio; "economia do excedente" X "economia de mercado"; mão-de-obra familiar X trabalho assalariado. Segundo esta visão, o camponês utiliza a terra livre para garantir a reprodução da unidade familiar, utilizando basicamente a força de trabalho desta unidade, sem objetivo de lucro. A terra não é apropriável em si mesma, mas apenas como suporte para o trabalho. Teríamos, então, a caracterização de dois "mundos" diferentes, onde a observação de elementos estranhos ao "sistema camponês", dentro deste sistema, já o descaracteriza e implica a perda de sua "pureza".

* Sociólogo e aluno do Mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília.

Através de sua análise, a autora vai mostrar que alguns desses “elementos estranhos” ao sistema camponês já estavam presentes na gênese do próprio processo de ocupação da região pela “frente camponesa”. Coerentemente, ela inicia sua avaliação pela questão do acesso à terra. Como vimos, para a concepção dualista, a terra não é apropriável em si mesma, não sendo, portanto, objeto de negociação. Entretanto, a pesquisa de campo mostra que embora não ocorra a reprodução dos padrões capitalistas de ocupação, a terra pode estar sujeita à negociação. Isso ocorre quando se verifica uma incorporação de trabalho à terra.

Desse modo, por exemplo, a unidade camponesa mantém o controle de uma área por ela cultivada e posteriormente abandonada: é o “direito da capoeira”. Portanto, é o trabalho que outorga o **direito** a um pedaço de terra. Sendo o **direito** categoria distinta da propriedade privada (só é aceita como direito a área efetivamente trabalhada pela unidade camponesa), ele pode, entretanto, ser adquirido por meio de transações mercantis. É por meio da intermediação do trabalho que ocorre também a primeira diferenciação interna ao grupo: ao constituir-se uma **propriedade**. A **propriedade** distingue-se dos demais **direitos** por ter seus limites claramente delimitados por uma cerca. Apesar de elemento fundamental para explicar a especificidade da produção camponesa, a questão do acesso à terra não esgota o tema. Torna-se, portanto, necessário estudar as relações sociais presentes no interior do grupo e suas vinculações com a sociedade mais ampla, na qual se acha inserido.

Antes de mais nada, torna-se necessário fazer referência ao processo de formação dessa “frente camponesa”. O processo de ocupação da região pelos camponeses não se deu em um “vazio social”. Originado a partir da desagregação da antiga *plantation* de algodão do Maranhão, esse processo de ocupação foi estimulado (e de certo modo coordenado) pelos comerciantes de algodão que, desse modo, conseguiram manter o fornecimento do produto. É importante lembrar que o principal produto das “roças” camponesas, nesse momento, é o algodão. Sabendo-se que o destino desse produto é o mercado e não o autoconsumo, fica seriamente abalada a tese de que a produção camponesa visa basicamente ao autoconsumo e apenas o excedente é comercializado. A passagem, em momento posterior, ao cultivo do arroz, não altera a situação. Podemos perceber que a produção camponesa está basicamente voltada para o mercado. Mas como se dá a ligação entre mercado capitalista e produção camponesa no caso estudado? O elemento primordial para se responder à questão é a figura do “patrão”. Patrão é o elemento pertencente ao próprio grupo, que faz a intermediação entre o camponês e o comerciante de arroz. O mecanismo fundamental para isso é o empréstimo de dinheiro ao camponês para cobrir seus gastos até o momento da colheita, quando o mesmo deve ser pago **em espécie**. O pagamento em espécie é fundamental para manter a sujeição do camponês ao capital comercial. A figura do patrão representa um grande abalo nas visões idílicas de igualdade dentro da comunidade camponesa, presente nas teses dualistas. O próprio fato do patrão ser um elemento pertencente ao

"quadro" dos camponeses é um forte elemento de legitimação do sistema de exploração a que o camponês está sujeito. Isto ocorre porque propicia uma leitura "democrática" de acesso a essa posição por parte dos camponeses. De qualquer forma fica claro que, para os camponeses, a entrada no processo de comercialização do arroz (por meio da transformação em patrão), é vista como a única possibilidade de ascensão social.

A própria autora diz que "o presente trabalho é tributário, e também parte integrante, desse esforço de reelaboração teórica que procura superar os limites e impasses de uma perspectiva dicotômica na abordagem das relações entre o campesinato e a sociedade abrangente" (p. 42). A obra representa grande contribuição ao debate, pois mostra ao leitor, através de uma análise concreta, que, apesar de apresentar especificidades, o "sistema camponês" não constitui um mundo à parte. A própria forma de inserção na "sociedade abrangente" imprime características indelévels a esse "sistema". A publicação deste trabalho mostra-se especialmente oportuna neste momento em que a Reforma Agrária coloca-se como ponto central no cenário nacional, mostrando o engano e as limitações das políticas propostas por aqueles que consideram o campesinato como um universo homogêneo e coeso.